

## **Ser Quem Eu Quiser na Liberdade: uma Leitura das Facetas de Práticas de Resistência na Apropriação de um Espaço de Poder na Capital Mineira**

**Marllon Emanoel Souza Medeiros de Vasconcelos,  
Fabiana Florio Domingues e Alexandre de Pádua Carrieri**

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é analisar práticas de resistência na apropriação da Praça da Liberdade em Belo Horizonte (MG). Buscou-se articular resistências presentes nas práticas, criações e continuidades da vida cotidiana com os usos e apropriações nos e dos espaços da cidade. A escolha dessa praça se deu por tratar-se de um ponto turístico importante, em uma região central, de características arquitetônicas e paisagísticas específicas no sentido do embelezamento da cidade. Os dados produzidos são fruto de entrevistas semiestruturadas e observação não-participante. Por meio de uma análise de conteúdo, destacamos três categorias: usos e apropriações da praça, políticas coletivas e confrontos diretos e modos de existência. Destacamos como contribuições reflexões sobre a relação entre resistência e espacialidade, sobretudo no que tange a criação de espaços para a sobrevivência; a consideração da criação de projetos coletivos, porém não formais ou estruturados, em torno de práticas de resistência; a compreensão das relações entre práticas de resistência e a constituição subjetiva ética, seja pela anunciação da verdade na relação consigo e com outros, no próprio ato de sobreviver em condições de opressão, ou na aceitação e defesa da diferença.

### **Palavras-chave**

Relações de poder; práticas de resistência; cotidiano; modos de existência; apropriação simbólica e material.

**Abstract**

In Organizational Studies many studies have pointed to the discussion of practices of resistance. Thus, the objective of this work is to analyse resistance practices in the appropriation of Liberdade Square in Belo Horizonte / MG. It seeks to articulate resistances present in the practices, creations and continuities of everyday life with the uses and appropriations in the spaces of the city. The choice for the Liberdade Square was given as it is an important tourist spot, a central square, with architectural characteristics and specific landscaping towards the beautification of the city. The data produced are the result of semi-structured interviews and non-participant observation. The data Analysed through the analysis of thematic content pointed to three categories: uses and appropriations of the square, collective policies and direct confrontations and modes of existence. We highlight as contributions reflections on the relationship between resistance and spatiality, especially with regard to the creation of spaces for survival; the consideration of creating collective projects, however not formal or structured, around resistance practices; the understanding of the relationships between resistance practices and the subjective ethical constitution, either by announcing the truth in the relationship with yourself and with others, in the very act of surviving in conditions of oppression, or in the acceptance and defence of difference.

**Keyword**

Power relations; resistance practices; everyday; modes of existence; symbolic and material appropriation.

## INTRODUÇÃO

Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, inaugurada em dezembro de 1897, apresenta-se como a primeira cidade planejada da República do Brasil. Planejada e elaborada pelo engenheiro Aarão Reis, simbolizava, à época, a modernidade, marcada por ruas e avenidas retas e largas. Com o passar do tempo, a recém-criada, moderna e organizada cidade expandiu seus limites para além do planejado, sofrendo transformações importantes e impondo modificações em seu núcleo central no início do século XX (Carrieri, 2008). Na década de 1990, seguindo tendências internacionais, as ações de revitalização e revalorização dos centros históricos se acentuaram, de modo que “em Belo Horizonte [...] os projetos de intervenção, física e simbólica, na região central se afirmaram de forma mais sistemática e concreta” (Jayme; Tevisan, 2012, p. 363).

Um dos espaços mais valorizados e belos da capital mineira é a Praça da Liberdade, considerada patrimônio urbano para os mineiros. A referida praça ocupa uma posição central numa área considerada como uma das mais nobres na cidade, cercada por prédios históricos e entrecortada por uma dupla fileira de palmeiras imperiais (Belo Horizonte, 2018),

figurando, também, como um dos destaques turísticos da cidade. A praça possui uma construção conhecida por Palácio da Liberdade, sede dos governos, do lado direito deste está a Cúria Metropolitana, do esquerdo uma sede da polícia e, pouco à frente, a Biblioteca Municipal, reafirmando em uma arquitetura imponente este espaço como lugar de poder. Integra também o Circuito Cultural Praça da Liberdade que atraí turistas e moradores, o que traz maior diversidade de pessoas em diferentes usos e apropriações da cidade.

Simbolicamente, é um espaço tradicional de poder ou, como mencionam Colares e Saraiva (2016), ela ainda representa um espaço que pode ser caracterizado pela divisão casa grande-senzala na construção da capital mineira, demonstrando um confronto silenciado entre classes sociais da e na cidade. Apesar disto, a Praça da Liberdade historicamente tem sido ocupada por diversos movimentos e grupos populares, propiciando diversos usos e apropriações deste espaço (Carrieri; Saraiva; Pimentel, 2008).

Ao buscar apreender diferentes usos dos espaços da cidade, este artigo tem por objetivo analisar como se dão práticas de resistência na apropriação da Praça da Liberdade em Belo Horizonte (MG). Assim, buscamos colaborar para a discussão sobre a articulação entre os usos do espaço e as possibilidades de resistência e perpetuação e criação de outros modos de existência. Nesse sentido, ocupar a praça pode ser entendido como manifestação comum no viver das pessoas nas cidades, contudo, nem sempre essa expressão popular é vista de forma homogênea por diferentes grupos sociais, fazendo com que cada grupo tenha diferentes percepções a respeito dessa ocupação.

Fischer (1997) caracteriza a cidade como uma teia organizacional, dotada de pluralismo organizativo, configurada no hibridismo de culturas urbanas e suas ambiguidades. Um sistema multidimensional, articulado nas relações e manifestações sociais, que compõem interações reais e simbólicas que “fazem da cidade um todo maior que a soma das partes” (Fischer, 1997, p. 75). Organizada, a cidade desafia o racional ao invadir as fronteiras entre a materialidade das construções e as apropriações presentes nas relações sociais entre os indivíduos e a própria cidade (Saraiva; Carrieri, 2012).

Nesse contexto, considera-se a resistência em termos de práticas que se dão no cotidiano, nas maneiras de fazer uso e nos próprios modos de existência. Essa perspectiva sobre a resistência é coerente com uma microfísica do poder, como proposta por Foucault (2015), que desloca a análise dos grandes aparelhos estatais para todo o tecido social, que é permeado e constituído por relações de poder. Essas micro resistências se dão nos modos de uso do homem ordinários (Certeau, 2014), nos modos persistentes de existências dos nômades que resistem aos ímpetos de incorporação nos modelos dominantes (Pelbart, 2003) e nas luzes de homens-vagalumes que emitem pequenas iluminações nas suas criações e sobrevivências (Didi-Huberman, 2011).

Essas formas de resistência têm em comum a necessidade de jogar no campo alheio, mas apesar disto, subvertem o jogo quando possível, desmancham o próprio território que ocupam. Não cabe aqui uma teoria geral que abarque todas as possibilidades de resistência, antes se trata de uma análise do que ocorre no real e no local. A resistência se encontra ali nas práticas do cotidiano, nas pequenas inversões de sentido, nas sobrevivências.

Esses deslocamentos que negam teorias totalizantes e se voltam para as práticas do cotidiano podem representar uma importante contribuição para os Estudos Organizacionais, que não raramente ignoram estes últimos (Cavalcanti; Alcadipani, 2011; Pereira; Oliveira; Carrieri, 2012).

Diante dessas reflexões, para avançar no objetivo deste estudo, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, observando e entrevistando grupos de usuários da Praça da Liberdade. Após a produção dos dados efetuamos uma análise de conteúdo (Colbari, 2014), destacando três categorias temáticas: Usos e apropriações; Políticas e confrontos; e, por último, Modos de existência. Essas leituras podem contribuir para a compreensão de aspectos como: a relação entre resistência e espacialidade, sobretudo no que tange a criação de espaços de sobrevivência que permitem aos indivíduos manter suas relações sociais e formas de vida próprias; para a consideração da criação de projetos coletivos, porém não formais ou estruturados, em torno de práticas de resistência e sobrevivência; a compreensão das relações entre práticas de resistência e a experimentação e expressão subjetiva, constituindo sujeitos éticos, seja pela anunciação da verdade na relação consigo e com outros, no próprio ato de sobreviver em condições de opressão, ou na aceitação e defesa da diferença.

Assim, seguido dessa breve introdução, são apresentados no referencial teórico noções sobre os usos e apropriações dos espaços da cidade a partir da visão de Certeau (2014), Carlos (2007), Lefebvre (2000; 2006) e Santos (1988, 2006), posteriormente discutimos práticas de resistência a partir de conceitos propostos por Certeau (2014), Didi-Huberman (2011), Foucault (2015), e Pelbart (2002). Em seguida, são descritos os procedimentos de pesquisa, a análise e discussão dos dados, para finalmente trazer as considerações finais e referências utilizadas.

## **USOS E APROPRIAÇÕES NOS ESPAÇOS DA CIDADE**

Nas cidades, palcos da representação humana, está a possibilidade de subversão do sujeito ordinário em sua produção de espaço. Um espaço imaterial construído, concebido, percebido e vivido (Lefebvre, 2000) em apropriações de seus usos diários, o lugar praticado pelo sujeito ordinário no cotidiano da vida que se faz e refaz, em suas mil maneiras de fazer (Certeau, 2014). Percebe-se que pensar a cidade apenas em seu quadro físico ou como meio ambiente urbano, seria como deixar de fora seu conteúdo de prática socioespacial que transforma, construindo e reconstruindo diferentes cidades em cada cidade. Enxergar a cidade para além de seus aspectos geomórficos proporciona uma análise que alia conhecimento e cotidiano, que busca desvendar a realidade urbana (Carlos, 2007).

É nesse sentido que Certeau (2014) contrapõe a imagem de cidade-conceito – proveniente do discurso utópico e urbanístico – que necessita da produção de um espaço racionalmente organizado, atemporal, constituído de sujeitos universais e anônimos. Sujeitos que só existem no espaço concebido pelo poder público que em nome do controle e da disciplina ignora que é isto que torna o espaço fruto de práticas cotidianas, inquietas, resultado do espaço vivido (Lefebvre, 2000). Em outras palavras, “aqui a cidade se reafirma enquanto

espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico” (Carlos, 2007, p. 21).

A rua com sua dinâmica própria, afasta-se do simples lugar de circulação quando assume sua função lúdica, simbólica e informativa, mas também quando se torna lugar de encontros, de movimento, da manifestação cultural, dos atos públicos e do teatro espontâneo; dito de outro modo, “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (Lefebvre, 2006, p. 116). No entanto, este “direito à cidade” gera contradições advindas dos embates que surgem quando as divergências da sociedade se colocam entre as formas de apropriação e a dominação dos espaços públicos. Um fenômeno que representa em si o conflito entre os usos e apropriações dos lugares da cidade, transformando-os em territórios de disputas de diferentes ordens: sociais, econômicas, políticas etc. (Carlos, 2007).

Assim, é correto pensar que diferentes maneiras de ocupar os espaços das cidades são sobretudo políticas, uma vez que confronta interesses conflitantes entre o poder público que planeja e as pessoas que vivem a cidade (Kowarixc, 2007). A estratégia, presente no planejamento das cidades produz, mapeia e impõe espaços organizados de convivência, enquanto os usos e apropriações manifestos representam as táticas dos sujeitos ordinários ao viver esta mesma cidade a seu modo (Certeau, 2014).

A materialização do processo da prática socioespacial se dá na “concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida” (Carlos, 2007, p. 21). Isto porque, é nessa apropriação do espaço, que se fundamenta a reprodução da sociedade, em seu sentido ininterrupto de vida vivida, revelado em um conjunto de relações, modelos de comportamento e sistema de valores (Carlos, 2007; Ipiranga, 2010).

Essa dinâmica expõe um caráter relacional do espaço social que está presente na diversidade de “raças, culturas, credos, níveis de vida etc.” fazendo parte do que caracteriza o espaço habitado de maneira qualitativa por sua heterogeneidade, a partir da distribuição da raça humana em cada região, em cada país, em cada lugar (Santos, 1988, p. 15). São as discordâncias nos usos e apropriação nos espaços das cidades que podem ser entendidas como o espaço praticado. Um espaço demarcado de forma imaterial pelos usos, apropriações, trajetórias, percursos e delinquências dos sujeitos (Certeau, 2014), de modo que “o espaço geográfico é muito mais do que simples oferta de caminhos, ainda que também seja isso” (Santos, 2006, p. 59), caracterizando a noção de intencionalidade, presente na concepção do espaço.

Apropriar-se dos espaços significa tomar determinado lugar como “seu”, atribuindo-lhe características pessoais ou sociais de identificação que demonstram a interação das pessoas com os diversos espaços. Essa relação nunca é neutra, uma vez que carrega consigo “sinais e valores culturais que não lhe pertenciam”, proporcionando ao indivíduo “diversas configurações fragmentadas de espaço” que conferem a este sentido próprio (Fischer, 1994, p. 89). Além dos espaços praticados, Certeau (2014) traz a noção do não lugar, colocando-o em oposição à

fronteira que o traçado cartográfico apresenta como limite. O não lugar assume um papel de mediador, ou ainda, de desorganizador da ordem estabelecida, assim como o espaço praticado. Essa perspectiva em si necessita da dinâmica da prática do espaço, embasada a partir das táticas dos sujeitos para se estabelecer, visto que a prática do espaço, o não lugar e a tática são complementares na busca pela compreensão sobre lugar e espaço (Certeau, 2014).

Tomar um espaço da cidade para si é comum no lugar praticado pelo sujeito, que faz uso de suas táticas para ocupar a cidade que imagina ser também sua. Assim, na próxima seção nos debruçamos sobre a possibilidade de práticas de resistência que se dão no cotidiano e na constituição de seus modos de existência.

## **SOBRE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA**

Pensemos nos vagalumes de Didi-Huberman (2011), que resistem apesar da contingência, do hostil, que não somem ou deixam de brilhar, mas que, ao contrário, persistem a seu modo, em pequenas ações do cotidiano. Podemos então traçar um paralelo entre o homem ordinário de Certeau (2014), que vê na transgressão uma possibilidade de sobrevivência e que em seu cotidiano trava lutas – pequenas ou grandes, pouco importa – valendo-se de suas táticas, de suas maneiras de fazer, e os vagalumes, que persistem em brilhar em seu ritmo próprio, de maneira própria, resistindo àquilo que tentar impedi-los, encontrando seu caminho, seu percurso. Nesse contexto, buscamos compreender “como” vagalumes e homens ordinários sobrevivem, a partir das práticas de resistência nos usos e apropriações dos espaços da cidade.

O tema da resistência colocada nestes termos parece coerente com uma microfísica do poder, como postulada por Michel Foucault. A analítica do poder desenvolvida por Foucault (2015) compreende que o poder é algo que é exercido em todo o tecido social por meio de múltiplas e heterogêneas relações de conexão, intermediação, oposição etc. O caráter relacional do poder implica que este não pode ser possuído, já que não há posse de uma relação, de modo que o poder nunca está apenas nas mãos de poucos indivíduos ou instituições, mas sim entrelaçado no tecido social. Há também a recusa de uma perspectiva do poder que seja essencialmente repressiva, de modo que, mais do que isso, o poder seria uma rede produtiva que constitui e permeia esse tecido social (Foucault, 2017a; Foucault, 2017b). Isto não significa que as possibilidades de exercício do poder são igualitárias entre grupos e indivíduos.

O exercício do poder é a relação de disputa na qual se estabelece quem – grupos ou indivíduos – consegue exercer esse poder. O acúmulo de vitórias neste campo permite que alguns grupos ocupem posições privilegiadas de acesso ao exercício de poder, projetando um efeito de superpoder. Ainda assim, as condições de exercício desse poder sempre estão em disputas contínuas, com vitórias, derrotas e inversões constantes, o que implica um risco perpétuo na luta e no exercício do poder (Foucault, 2015).

Disto, observamos que o poder não está localizado nos aparatos do Estado, de modo que os aparelhos estatais oferecem apenas uma estrutura de suporte a um sistema de poder

que está disperso, penetrando toda a sociedade. Há também, todo um conjunto de focos de poder para além dos aparelhos do estado, tais como as relações de sexualidade, a família, o trabalho, a moradia. Assim sendo, esta analítica do poder requer não se ater a estrutura estatal, mas buscar os diferentes focos do poder nas relações sociais que se estabelecem (Foucault, 2015).

Para Certeau (2014), Foucault descoloca a análise dos aparelhos e instituições que exercem o poder para os dispositivos, procedimentos e técnicas minúsculas que reorganizam o funcionamento do poder sem serem notados. Certeau (2014) reconhece o valor deste deslocamento, mas considera que esta análise ainda privilegia o aparelho produtor do poder disciplinar, e não os elementos que escapam lhe escapam. Como tal, Certeau (2014 p. 40-41) se questiona:

que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou dominados?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.

Certeau (2014) se volta para grupos e indivíduos que ocupam as posições menos favorecidas no combate que se trava no exercício do poder. Nesse empenho, o autor volta a sua atenção ao “homem ordinário”, ou seja, ao cotidiano do homem comum, aos seus processos de utilização, as suas práticas, criações e ressignificações. A resistência do homem ordinário implica uma maneira de fazer uso de uma ordem que lhe é imposta por outros. O homem ordinário, ou individualmente, ou em grupo, busca desembaraçar-se de uma rede de forças e de representações estabelecidas, pois utiliza-se do espaço constituído por outros, por não contar com lugar próprio. Essa ausência de um lugar próprio implica um modo de resistência sutil, que aproveita oportunidades momentâneas, faz uso de mil maneiras de jogar para procurar desfazer o jogo do outro.

A ausência ou presença de um lugar próprio traz consideráveis consequências às possibilidades de utilização de estratégias e táticas na disputa que ocorre nas relações de poder. Certeau (2014, p. 45) define como estratégia “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”. Isto implica que aquele que recorre a estratégia tem acesso a um lugar circunscrito que pode chamar de próprio, uma base que gera relações com uma exterioridade, sejam alvos ou ameaças. Os grupos que têm acesso a um próprio, contam com um lugar privilegiado de acesso às condições de exercício do poder, ou com um efeito de “super-poder” como define Foucault (2015).

Por outro lado, Certeau (2014, p. 94) denomina tática como a “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...] A tática não tem lugar próprio senão o do outro. E por isso deve jogar como terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha”. Aquele que faz uso da tática está sempre no campo de visão do inimigo, de modo que não tem condições de manter uma distância segura que lhe permita segurança contra as circunstâncias e modos de previsões pela leitura do espaço. Resta a tática aproveitar as

ocasiões, as oportunidades que lhe surgem, ainda que não tenha lugar para estocar suas vitórias. A mobilidade e a astúcia são necessárias à tática, que tem que se aproveitar das brechas de circunstâncias específicas, oportunidades que duram um instante, abrem na vigilância do poder proprietário.

De modo semelhante, Pelbart (2002) reflete sobre o “nômade” que resiste ao império (biopolíticas, capitalismo, homogeneização cultural), mantendo e criando suas próprias formas de existência. Assim como o homem ordinário, o nômade (que também é ordinário) participa de um jogo que não é dele, de modo que busca desmanchar o território que ocupa. O conflito aqui dificilmente será direto, pois não cabe a lógica da posição, que privilegiaria o campo do adversário, ao invés disso o nômade “desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverter-lhe o sentido, corroi o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes” (Pelbart, 2002, p. 34).

Para descrever essas práticas de micro resistência, Didi-Huberman (2011, p. 23) utiliza a metáfora do vagalume. As resistências seriam, então, como pequenas luzes que brilham irradiando seus lampejos de alegria, risos e inocência, momentos em que “seres humanos se tornam vagalumes – seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes enquanto tais”. Esse brilho dos vagalumes vem das potencialidades dos que são pensados como excluídos do jogo político, por isso mesmo são múltiplas e diversas possibilidades de movimentos revolucionários. Não encontramos nessa noção de resistência uma grande luz, uma proposta de redenção final, mas antes, estas possibilidades momentâneas, estas continuidades, estas espontaneidades de brilhos esporádicos, mas constantes, de vagalumes.

Essas concepções de resistência têm em comum o olhar para grupos e espaços que são considerados despossuídos das condições de luta em meio às relações de poder. Nesta direção, Courpasson e Marti (2019) observaram que mesmo em situações de opressão severa foram criados espaços de sobrevivência, onde as pessoas encontram possibilidades de manter seus modos de vida, apesar das restrições às suas liberdades. A análise desses espaços não revela apenas a apatia ou falta de efetividade política, mas a possibilidade dos despossuídos alterarem as relações de poder por meio da concreta organização de suas sobrevivências diárias.

Isso não significa necessariamente o desmonte das estruturas de poder, mas projetos coletivos que possibilitam uma participação ativa na formação e manutenção de suas próprias relações sociais. Isso muitas vezes implica movimentos não de oposição, mas de uma afirmação da própria condição de vida, uma forma de resistência que pode mesmo ser exercida de modo não intencional e subversivo por grupos considerados desprovidos de condições para tal (Courpasson; Marti, 2019; Thanem, 2012). Em práticas em que aparentemente há apenas uma docilidade e passividade às ordens dominantes podem estar escondidos elementos de ressignificação e de subversão do jogo (Certeau, 2014).

Também destacamos a relação dessas formas de resistência com a espacialidade, que não possuindo um lugar próprio, são frequentemente marcadas sempre pelos movimentos, deslizamentos ou mesmo pelo desmanchar do território. Nessa linha, Daskalaki e Kokkinidis (2017) defendem que a resistência, como uma prática social, deve ser estudada em relação

aos espaços onde as coisas acontecem e que é por meio de reconfigurações socioespaciais que novas formas de resistência emergem. Essas considerações espaciais da resistência podem demarcar tantos espaços de desterritorialização como de territorialização, de modo que podemos compreender os processos e fluxos de resistência como modos de reapropriação do controle sobre as condições de produção e reprodução das relações socioespaciais (Daskalaki; Kokkinidis, 2017; Munro, 2016).

Seja na criação de espaços de sobrevivência ou de novas relações socioespaciais, essas formas de resistir têm como aspecto central não a luta contra uma força opositora, mas a busca da manutenção e desenvolvimento da própria vida, de suas formas de existência. Trata-se de um embate em torno da subjetividade, não vista como um elemento essencial ou passível de teorização universal, mas como um produto das relações de poder. Como tal, essa subjetividade é essencialmente uma fabricação de maquinários sociais de produção subjetiva que perpassam toda a vida dos indivíduos, desde a vida familiar na infância à escola, ao trabalho, às instituições de lazer, etc. (Guattari; Rolnik, 2013).

Ainda que a subjetividade seja concebida como uma produção coletiva, o sujeito não é necessariamente um elemento passivo nesse processo. Guattari e Rolnik (2013) distinguem dois modos de constituição da subjetividade: uma relação de alienação ou opressão, em que o indivíduo consome a subjetividade assim como a recebe; e uma relação de singularização, onde o indivíduo se reapropria de elementos da subjetividade por meio da criatividade e experimentação. Foucault (2016) chama de biopoética este jogo de relações em que os indivíduos buscam governar a sua própria vida, atuar sobre a estética de sua própria existência, isto é, atuar sobre sua própria subjetividade.

Nesse sentido, a própria prática da resistência se torna elemento constitutivo das subjetividades daqueles que resistem (Harding; Ford; Lee, 2017) por meio de uma ética da resistência (Mcmurray; Pullen; Rhodes, 2011). Ética não como um conjunto valorativo de normas de comportamento, mas como um conjunto de práticas que se imbricam na constituição do próprio sujeito. Essa constituição ética da subjetividade pela resistência pode ser efetuada a partir de múltiplas práticas, das quais destacamos: práticas de comprometimento com a verdade na relação consigo mesmo e com outros (Foucault, 2010); práticas de criação e manutenção coletiva de espaços sociais (Courpasson; Marti, 2019); e práticas de aceitação e defesa da diferença (Pullen; Rhodes, 2014).

Após essas considerações sobre os usos e apropriações do espaço e das possibilidades de práticas de resistência, apresentamos os procedimentos e caminhos seguidos em uma pesquisa de campo com usuários da Praça da Liberdade.

## **PROCEDIMENTOS E CAMINHOS DA PESQUISA**

Procuramos desenvolver uma pesquisa de campo de caráter qualitativo (Creswell, 1997; Merriam, 2009) que nos possibilitasse compreender como os indivíduos percebem seu mundo e suas experiências dando ênfase à necessidade de uma visão ampla e complexa do fenômeno estudado.

O *locus* da pesquisa foi a Praça da Liberdade, localizada na cidade de Belo Horizonte (MG). A escolha por essa praça, especificamente, aconteceu por dois fatores que serviram de gatilho da pesquisa: primeiro por se tratar de um espaço urbano localizado em uma área de alto poder aquisitivo, fazer parte do circuito turístico-cultural, com forte presença de ações promovidas pelo governo; segundo porque grupos de jovens, vindos de diferentes regiões e cidades da região metropolitana, ocupam a praça aos sábados à tarde e à noite, ignorando todo o aparato urbano sofisticado ao seu redor. Ainda que de maneira não explícita, a presença destes jovens não é bem vista por moradores, comerciantes e outros estabelecimentos da região. Nesse sentido, propomos olhar para essas formas de ocupação como atos de resistência, um simples piscar de vagalumes nos sábados belorizontinos, em meio a tantos outros em outras partes da cidade.

Realizamos seis visitas ao campo durante os meses de março e abril de 2018. Em cada visita, o tempo foi dividido entre um período de observação e diálogos com usuários da praça, tomando nota em diários de campo das observações na praça. Procuramos também experimentar o que é estar na praça, para isso nos sentamos no gramado e no coreto – lugares preferenciais dos entrevistados – fizemos lanches, ouvimos música, observamos os movimentos das pessoas.

Outra parte do tempo foi usada para realizar entrevistas semiestruturadas com os grupos na praça, usando um guia de perguntas que consistia em saber onde moravam, qual a frequência que visitavam a praça, como começaram a ir ali e o porquê. Conversamos com oito grupos de adolescentes e jovens que frequentam a praça, totalizando 33 pessoas entrevistadas. As falas foram gravadas, sendo a primeira parte da gravação utilizada como autorização do entrevistado para uso de seus dados que foram posteriormente transcritos.

Após a descrição e releitura do texto, notamos que algumas falas podem ser agrupadas por tema. Desse modo, realizamos a análise de dados por meio da análise de conteúdo temática, seguindo as orientações de Colbari (2014). Observamos a indicação de três categorias: a) usos e apropriações da praça, que renegam uma lógica produtivista e se apropriam simbólica e materialmente do espaço; b) políticas e confrontos que demarcam resistências às linhas de força que se aplicam diretamente no contexto da praça; c) modos de existência, múltiplos modos de ser que são constituídos no contexto da praça.

## **UMA VOLTA PELA LIBERDADE: PARA ALÉM DO ESPAÇO CIRCUNSCRITO DA PRAÇA**

Inicialmente construída para ser sede do poder político da capital mineira, a praça da Liberdade passou por uma ampla reforma no início do século XX, tendo seu paisagismo inspirado no Jardim de Versailles, em Paris. Considerada um símbolo de poder do passado, a praça ainda é vista, por moradores e turistas, como um dos lugares mais bonitos da cidade. Após a saída da sede do governo de Minas Gerais para o bairro Serra Verde, na chamada cidade administrativa, a praça retoma sua vocação de ponto turístico, cercado de museus e espaços culturais. Em 2010, foi inaugurado o Circuito Cultural Praça da Liberdade com

objetivo de explorar a diversidade e preservar o patrimônio cultural mineiro, como pode ser visto na chamada do *site* GuiaBH (2018, não paginado), que descreve o Circuito Cultural da Praça da Liberdade como “um corredor cultural entre Minas e o mundo [...] localizado na região central de Belo Horizonte é, atualmente, o maior complexo cultural do país”.

Realizamos as entrevistas nesse espaço planejado com apelo cultural, mas onde circulam as mais diversas pessoas que fazem uso e se relacionam de maneira múltipla e heterogênea na e com a praça. Esse espaço se apresenta como foco de convergência de diversas pessoas, vindas dos mais variados lugares (perto ou longe fisicamente), de modo que a quase totalidade dos entrevistados – apenas uma entrevistada declarou morar perto da praça – são provenientes de bairros afastados ou de cidades da região metropolitana. A seguir discorremos sobre as apreensões temáticas a partir das observações e entrevistas sobre esse uso múltiplo do espaço. É importante destacar que, ainda que separados categoricamente para análise, esses momentos ocorrem de modo entrelaçado nas práticas, uns fazendo parte e perpassando os outros.

## USOS E APROPRIAÇÕES

A praça de liberdade, constituída como espaço turístico de cultura e lazer, foi historicamente utilizada e apropriada por grupos populares de modos diversos. Um exemplo marcante destas formas de ocupação foi a constituição da Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, conhecida como a Feira Hippie. Essa feira surgiu no final da década de 1960 a partir da movimentação de artesãos, artistas, críticos de arte, etc., tendo um caráter marcadamente popular, ou até mesmo um aspecto subversivo, trazido no próprio imaginário simbólico da personagem do *hippie*. Após décadas de investida do poder público, no sentido de regular e restringir a ocupação da praça por meio da feira, no início da década de 1990 a feira foi totalmente retirada da praça e redistribuída em outros espaços da cidade (Carrieri; Saraiva; Pimentel, 2008).

Como defendem Daskalaki e Kokkinidis (2017), a ordem social estabelecida é legitimada por meio de relações socioespaciais, bem como os regimes econômicos e políticos atuais são normatizados por formas particulares de espacialização e ordenação. As investidas do poder público na tentativa de ordenar o espaço e a utilização da praça da Liberdade exemplificam esta luta pela manutenção de um sentido hegemônico no espaço social. Ainda assim, a resistência emergiu continuamente por meio de reconfigurações socioespaciais no uso deste espaço.

A consideração da Praça da Liberdade revela este jogo histórico que ocorre entre usos e apropriações populares e uma organização e ordenação do espaço por meio do poder público. A justificativa para a retirada da feira foi exatamente o caráter popular da ocupação que este tipo de atividade local acarretava, já que os fregueses depredaram este espaço. Nesta leitura, a resistência se dá não necessariamente como uma luta contra o “poder” e “autoridade”, mas como uma força transformativa distribuída através dos espaços e tempos que ultrapassa os limites impostos pela ordenação social (Daskalaki; Kokkinidis, 2017).

Encerrada a feira, que usos e apropriações populares se realizam agora neste local? As seguintes falas descrevem os principais usos que se faz atualmente da praça:

E21: Na praça, a gente gosta muito de vir pra beber, dançar, interagir, tirar foto (risos)... num pode faltar foto. E também pra fazer novas amizades. Aqui, como ela falou pra fazer novas amizades é maravilhoso (21/04/2018).

E7: Beber, fumar maconha, comer... (17/03/2018).

E11: Atividade mesmo, é beber muito (risos). Assim, eu num sei se minha mãe vai ver isso (risos). Mas a gente dá uma fumada também, tá ligado!? Tipo... cigarro também, mas... preferência, quando tem e tal... ficar suave assim e beber, beber... beber muito (24/03/2018).

Os usos que os entrevistados fazem da praça demonstram talvez uma resistência silenciosa, um uso divergente daquele que é planejado pelo poder público (uma determinada modalidade de cultura), mas não diretamente confrontante. Os usuários parecem desfazer os usos intentados por meio da criação de novos usos na apropriação deste espaço. Mais do que se mostrar antagonista, os usuários da praça parecem criar espaços de sobrevivência, que possibilitam manter seus estilos de vida e se apoiar numa resistência talvez não intencional, mas subversiva ao escapar das ordenações pré-estabelecidas. Um modo de resistência não antagonista, mas subversivo no uso do espaço público, semelhante ao observado por Thanem (2012) na resistência de pessoas em situação de rua às investidas de ações exclucentes do planejamento urbano.

Essa subversão do uso do espaço pode indicar uma reivindicação de uma soberania popular, no sentido que Pelbart (2003) dá a este termo, ou seja, soberania como característica de algo que não se deixa ser controlado apenas pela lógica produtivista. Neste sentido, o soberano não é servil ao trabalho e à produção, sua característica é a autodeterminação. As práticas que se realizam na praça da liberdade escapam por inteiro à lógica da produtividade. São mesmo opostas a um entendimento de que tempo é dinheiro, característica do espírito capitalista, como apresentado por Weber (1981). Conversar, beber, dançar são inúteis, são dispêndios sem retornos. Assim como Pelbart (2003), consideramos esse não servir para “nada” com uma dimensão de resistência, uma reafirmação de espaços de soberania e sobrevivência frente a uma sociedade cujas linhas de força são guiadas pela lógica produtivista.

Ainda que não correspondam a uma lógica da produtividade, os usos e apropriações da praça fazem suas criações e ressignificações. Seja na afirmação de sua soberania, por meio da constituição de suas subjetividades, seja pela apropriação e ressignificação dos espaços. A prática de se fotografar pode indicar a apropriação de um espaço que não lhe foi destinado, já que ali é reconhecido como um local de arquitetura e cultura valiosas, cercado por um circuito de museus, além de todo um cuidado do poder público em sua manutenção. Neste sentido é válido questionar se o demarcar sua presença ali, por meio de fotografias, não figura como uma forma simbólica de apropriação deste espaço.

Além disso, durante as observações, percebemos apropriações materiais do espaço no entorno da praça, uma vez que os jovens habitualmente utilizam dos banheiros dos museus. Há também um movimento de ressignificação, visto que nesse espaço, rodeado por museus e casas culturais – considerado pela prefeitura um “circuito de alta cultura” – os jovens introduzem as suas manifestações culturais e artísticas. A música e as danças majoritariamente

presentes são consideradas transgressoras, principalmente ritmos mais populares como o *funk*, como destacados nas falas a seguir:

E16: Às vezes, tá passando um funkão aqui, tipo assim... 50 passos, tem um grupo que roqueiro, que já num gosta, mas eles te respeitam (21/04/2018).

E28: O que soltar ali, é funk, sertanejo, MPB. É tudo! Não tem um tipo específico. Tipo, aqui só vai tocar funk, aqui não, aqui não tem dessas (28/04/2018).

E19: Ah vêi, tipo assim, teve umas vezes que lota muito aqui... aí o povo coloca tipo, caixinha com funk e fica muita gente aqui dançando (21/04/2018).

Dançar *funk* na Praça da Liberdade é um ato maior que a simples movimentação do corpo em um ritmo musical. Para esses jovens, dançar tem o sentido de desafiar o estabelecido, a regra. Aqui a dança é entendida como uma maneira de fazer – retomando Certeau (2014) – ou ainda como um ato de subversão do sujeito ordinário, em suas táticas cotidianas. Para além desses usos que indicam uma potência do “não”, um desfazer das regras do jogo de modo não conflituoso, o espaço da praça denota usos políticos de confronto mais direto, tema explorado no próximo item.

Percebemos um conjunto de prática de reconfigurações e apropriações simbólicas do espaço da Praça da liberdade, seja no uso das fotografias, da infraestrutura, das manifestações culturais e na presença dos próprios corpos neste espaço. Esses usos implicam uma ressignificação desses espaços, indicam novas articulações de práticas socioespaciais por meio das quais novos espaços de resistência podem ser criados (Daskalaki; Kokkinidis, 2017).

## **POLÍTICAS COLETIVAS E CONFRONTOS DIRETOS**

A ocupação e as atividades na praça também indicam outras importantes dimensões políticas, ao possibilitar o encontro e aproximação de seus usuários. Courpasson e Marti (2019) argumentam que é por meio da construção de projetos coletivos que é possível que os que resistem formem e mantenham suas próprias relações sociais, a despeito das condições de opressão que possam existir. O aspecto da coletividade se torna elemento significativo destas práticas de resistências, algo exemplificado nas seguintes falas:

E15: Por exemplo, aqui, a gente conhece muita gente nova... muita gente nova... a gente criou um grupo que hoje... começou com 5 pessoas e hoje tem 30 pessoas, que a gente conheceu aqui. Então assim, aqui é um lugar que a gente conhece muitas pessoas (21/04/2018).

E16: A frase que define a praça da liberdade é: Você quer conhecer amigos? Vai pra praça! Porque você conhece um monte! Turistas, belo-horizontinos, o que for... você vai conhecer (21/04/2018).

E10: Às vezes, tem encontro LGBT. Sim... tem grupo no WhatsApp, no facebook. [...] as meninas organizam. É tipo assim, é

certinho no sábado, só que tem uns, que assim, vem pra bagunçar mesmo e acaba estragando o rolé às vezes (24/03/2018).

A ocupação da praça favorece o encontro e as formações de redes que extrapolam seus limites físicos. Ainda que esse agrupamento entre os jovens não represente um grupo político em um sentido convencional, formal, ao se encontrarem e se moverem juntos, os jovens perfazem microfísicas de poder. Essas práticas, ao invés de oporem diretamente a um inimigo, indicam a dimensão produtiva da resistência, ou seja, possibilitam a criação de microesferas de sociabilidade (Courpasson; Marti, 2019). Deste modo, estes praticantes conseguem reivindicar espaços, assegurar uma segurança mínima para expressar suas multiplicidades, e se constituírem politicamente.

No entanto, essas microfísicas de resistência que ocorrem na praça, e a partir dela, não ocorrem sem serem reprimidas. A ocupação da praça por grupos que aparentemente “não deveriam estar ali” acaba causando incômodo naqueles que se sentem os “legítimos usuários” daquele lugar. O incômodo de alguns é indicado na descrição de uma entrevistada sobre a reação de sua patroa, que mora perto desta localidade, ao falar sobre a mudança no tipo de frequentadores desde que os jovens se apropriaram da Praça da Liberdade:

E4: Minha patroa, uns anos atrás, ela vinha muito aqui. Agora não, ela já é uma senhora de idade e ela fala que num gosta muito mais de vir... porque hoje tem mais jovens né... uns tempos atrás, você via, muita criança e, a maioria das vezes que eu passo aqui, independente de ser parte da manhã ou as vezes a tarde, eu vejo muita menos criança, sabe... (17/03/2018)

Essa fala indica um conflito em torno da liberdade de ocupação da praça. Grupos familiares parecem se afastar da praça à medida que esta é “invadida” por jovens e adolescentes em suas múltiplas práticas, todos os sábados. No entanto, esse conflito não fica restrito ao afastamento ou “olhares tortos” de um certo grupo que antes frequentava a praça, se alastrando para a polícia, enquanto representante de um poder ordenamento estatal. As falas a seguir ilustram bem:

E10: Aí, passa aqui 30 minutos e chega uns camburões de polícia mesmo, com sangue nos zóio e eles param tipo assim, aqui, ali, aqui...aí, eles vêm, expulsa todo mundo aqui e tipo assim...eles revista um tanto de gente também, aí o juizado vem também, mas o juizado quase não tem nada, porque o povo não é bobo também. Mas é mais a polícia mesmo, vindo expulsar todo mundo daqui, aí quando eles saem, nós volta de novo [risos] (24/03/2018).

E31: Polícia já olhou para mim. Tipo assim, a gente bebe, aquela coisa toda... eles ficam rodeando, fica aquele momento de tensão... tem hora que vocês veem uma coisa dessas meio estranha, mas só... A pessoa olhou pra você, eu olho pra ela e dou sorriso, porque eu sou da paz... você me paquerou, eu paquero de volta. Pode me paquerar com olhar maldoso, que eu paquero de volta. A polícia assim, ela tem muito... porque a gente tem essa coisa... de estar fazendo errado, de está bebendo... então quem olhou torto foi a polícia (28/04/2018).

A presença dos “camburões de polícia”, a intervenção policial junto aos frequentadores da praça visa coibir práticas e usos diferentes daqueles demarcados pelo poder público, isto é, práticas de ocupação que em, ao menos em certa medida, afastam-se das estratégias urbanísticas desenhadas para o Circuito da Liberdade. A resistência que se dá nestes momentos não é direta, os jovens se dispersam, saem do local, escapam a presença marcante do poder, mas tão logo este se torne ausente novamente, eles retomam a ocupação e retornam. Assim como as pessoas em situação de rua estudadas por Thanem (2012), a resistência dos usuários da praça às investidas do poder público não é diretamente antagonista, antes se utilizando de movimentos nômades para dentro e fora do espaço, dificultando as tentativas de ordenamento.

Diferente da estabilidade material, organizadora do lugar, ou da “configuração instantânea de posições” (Certeau, 2014, p. 184) o lugar praticado, é aquele produzido a partir das práticas dos sujeitos, em uma incessante transformação de lugares em espaços ou de espaços em lugares, relações mutáveis e por vezes contraditórias típicas da prática socioespacial.

Outra prática de resistência no “encontro” com a polícia envolve a ressignificação e a ironia nas respostas. Ao “olhar torto” da polícia se atribui o ato da paquera, no qual se retorna um olhar com sorriso. Sem aderir a lógica do confronto, estas táticas deslizam, ressignificam ou desmancham redes de poder se aproveitando dos momentos, das oportunidades e da ironia em suas práticas (Pelbart, 2002). Como observa Certeau (2014), o espaço praticado se faz presente pelos usos e apropriações dos sujeitos, bem como em suas trajetórias, percursos e delinquências; o espaço enquanto movimento, vivo e em constante transformação.

Por fim, entre usos e apropriações do espaço da praça, os confrontos e organizações micro-políticas, um dos aspectos mais significantes nas práticas de resistência dos entrevistados se dá em seus modos de existência, na constituição de suas subjetividades por meio de tais práticas, discussão que será apresentada a seguir.

## **MODOS DE EXISTÊNCIA**

Como destacam Pelbart (2002) e Foucault (1983), no momento em que o poder se volta cada vez mais para o controle da vida, por meio de biopolíticas, a própria vida, a potência de vida, se torna um local privilegiado de resistência. Esta potência da vida se revela nos modos de existência “nômades”, que resistem às incursões das políticas sobre a vida, escapando, deslizando e desfazendo sorrateiramente suas redes. Trata-se de um embate em torno da subjetividade, que, como argumentam Guattari e Rolnik (2013), pode ser constituída por um processo de opressão e alienação, mas também em um processo de singularização, que dá espaço para a experimentação e expressão, algo próximo do que Foucault (2016) chamou de biopoética, um jogo de relações onde os indivíduos buscam governar suas próprias vidas.

Tentativas de singularização, ou biopoética, parece ser um elemento central nas resistências que ocorrem por meio da ocupação da Praça da Liberdade. Lá os jovens escapam as linhas de forças que os restringem e lutam por estabelecer seus modos de existência por múltiplas

experimentações subjetivas. Essa dimensão da construção dos modos de existir, por meio da apropriação da praça, mostra-se presente nas seguintes falas:

E:15 Eu vim do interior, da outra cidade que era do nível de... tudo que eu descobri que eu sou hoje, eu descobri em Belo Horizonte... então, no interior meio que... a gente é recluso, a gente sempre tem que ser aquilo que o interior mandar a gente ser... então, quando eu falo que Betim é uma cidade roça na região metropolitana... é por conta desse ponto, porque lá você tem que ser obrigado... lá não tem... a família manda em você... (21/04/2018).

E17: Eu acho que... estar na praça é o que a gente quer ser, o que eles querem ser... não tem limite... aqui é meio que... o que transborda, é a gente tá aqui (21/04/2018).

E25: Ah, eu acho que é ser você mesmo, eu acho, na minha opinião. Eu acho que é ser a gente mesmo e sei lá, fazer acontecer o que você quer que aconteça, sem medo de você tá mal ou não, independentemente de qualquer coisa [risos] (28/04/2018).

Para os sujeitos o estar na praça – ou mais amplamente na cidade de Belo Horizonte, para aqueles vindos de outras regiões – é parte da constituição de uma nova subjetividade, um descobrir tudo o que “se é”. Essa constituição evidencia um espaço de multiplicidades e possibilidades, um espaço onde não se tem limites, onde se encontra aquilo que transborda. Também se percebe a ligação entre a constituição de uma subjetividade, ser o “que é”, descobrir o “que é”, com a produção das práticas, fazer acontecer. Ser e fazer se entrelaçam demonstrando a importância da produção de subjetividades, pois como destacam Harding, Ford e Lee (2017), são as próprias práticas de resistir que constituem àqueles que resistem.

Consideramos que essa constituição subjetiva por práticas de resistência é uma constrição ética. Ética vista, aqui, não como um conjunto de universal de regras normativas para o comportamento, mas como práticas que constituem eticamente o sujeito por meio de ações concretas. Essa formação ética se dá em práticas do dizer a verdade, na relação consigo mesmo e com outros, com destaca Foucault (2010), mas também no próprio ato de sobreviver em condições de opressão (Courpasson; Marti, 2019) e na aceitação e defesa da diferença (Pullen; Rhodes, 2014).

A relação com a verdade, a sobrevivência e defesa da diferença perpassam as práticas de resistência que se dão na Praça da Liberdade. Muitas dessas práticas são respostas diretas a impossibilidade de expressar suas verdades e diferenças em outros espaços, criando a necessidade de criação deste espaço de sobrevivência. Assim, é comum a referências à limites e barreiras que restringem as possibilidades de ser e fazer em outros contextos.

Observamos que esses limites e barreiras são constituídos em focos de poder. Como Foucault (2015) argumenta, ainda que o poder esteja disperso no tecido social, são constituídos focos de poder, tais como a sexualidade, a moradia e a família. O primeiro foco de poder destacado é a territorialidade, que restringe os jovens, que como “nômades” se deslocam no espaço em possibilidade de fugas, utilizando processos de desterritorialização

e reterritorialização para resistir. A maioria dos jovens entrevistados moravam em cidades metropolitanas que circundam Belo Horizonte, tais como Betim, Contagem e Ribeirão das Neves. Se desterritorializar é tido como uma resistência já que o território original é visto como uma restrição é uma imposição à própria subjetividade:

E16: Betim é um lugar que você não encontra, tipo... que você pode ir e ser você mesmo, em questão de LGBT... porque lá tem muito preconceito... (21/04/2018).

E15: No interior meio que... a gente é recluso, a gente sempre tem que ser aquilo que o interior mandar a gente ser... então, quando eu falo que Betim é uma cidade roça na região metropolitana... é por conta desse ponto, porque lá você tem que ser obrigado... lá não tem... a família manda em você... (21/04/2018).

E20: Betim, assim, a gente não pode ser o que a gente realmente é. Então, a gente acaba usando uma máscara, pra gente tentar sobreviver. Porque, se eu chegar lá e falar que eu sou gay, eu corro o risco de apanhar no meio da rua, entendeu?! E aqui na Liberdade, não tem esse problema, a gente pode ser o que a gente quiser! (21/04/2018).

“Ser o que o interior mandar” revela uma violência sobre a subjetividade que se dá por meio do território. Na resistência a esta violência os jovens, no uso da Praça da Liberdade, evitam um confronto direto, ao invés disto deslizam-se por linhas de fuga. O território que os jovens ocupam não lhes pertence, de modo que para sobreviver utilizam a “máscara” de uma subjetividade que negam em seu cotidiano. Estes aspectos também destacam a problemática da verdade, já que é necessário a criação de um outro espaço de sobrevivência (a Praça da Liberdade), para se tenha práticas autenticas do dizer a verdade na relação consigo e com os outros.

Espaço de sobrevivência, a praça se converte em um não-lugar de Certeau (2014), com suas múltiplas possibilidades de existência e práticas. Neste sentido, os jovens fazem uso da tática do movimento e do escape na ocupação de espaços distantes. Essa tática se reafirma nos momentos em que a própria praça se vê cercada também de linhas de forças limitadoras, por violência ou olhares disciplinadores. Nesse momento, os jovens deslocam-se para outros lugares que lhes propiciem a possibilidade de continuidade na construção de seus múltiplos modos de existência, como relatado por jovens que também procuravam em outros espaços possibilidades de liberdades. Prática nômade constante de desterritorialização e reterritorialização.

Outro foco de poder é a família e a comunidade que, anexa à territorialidade, converte-se em dispositivo de poder na constituição e restrição dos jovens. Assim sendo, deslocar-se significa não apenas sair do território, mas também estar distante da família ou da comunidade próxima, como apontam as próximas falas destacadas:

E15: Quando eu falo que Betim é uma cidade roça na região metropolitana... é por conta desse ponto, porque lá você tem que ser obrigado... lá não tem... a família manda em você... (21/04/2018).

E18: Quando eu era de Betim, principalmente, eu num podia fazer um rolê desse, porque meus pais poderiam ver e ia rolar um barraco. Então, a gente sempre pra cá, porque assim, aqui eu posso ser quem eu quiser e lá... exatamente! Lá todo mundo se conhece! (21/04/2018).

O “todo mundo se conhece” se torna um olhar vigilante que impede o acesso às multiplicidades dos modos de existência para os jovens. Isso pode indicar que o “não-lugar” da praça também os converte em um “não-conhecido”, ou “não-familiar”, que lhes permite outras dimensões de fuga. A potência de vida se maximiza ali onde se está fora do território, em um não lugar, no qual não se é conhecido, de modo que os olhares são menos intimidadores e as ameaças mais distantes, ou quase inexistentes.

A sexualidade também emerge nas entrevistas enquanto foco de poder. Como Foucault (2017a) indica a sexualidade em si é um dispositivo de poder, sendo permeada e constituída em linhas de força. Com frequência, as linhas de força que restringem os modos de ser dos jovens entrevistados direcionam-se sobre suas sexualidades. Como pode ser lido nas seguintes falas:

E16: Betim é um lugar que você não encontra, tipo...que você pode ir e ser você mesmo, em questão de LGBT....porque lá tem muito preconceito.....Ela não sabe o que é isso, porque ela mora em BH... porque lá assim, não tem lugar pra você ir, que você pode ser LGBT à vontade... lá não tem isso. E aqui, abraça muito a gente sabe?! Qualquer lugar que você for, você é aceito do jeito que você é... (21/04/2018)

E20: Então, quando eu me assumi, eu tinha conhecido ele. Basicamente, o Hudson que me fez assumir...o primeiro rolê foi aqui. Miga, você vai ver o que é o mundo LGBT. Aí beleza, aí eu me assumi e eu só vinha aqui. Aí, ele se assumiu e só vinha aqui. Aí depois, a gente foi conhecer outros lugares... (21/04/2018).

A sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) utilizada pelos jovens indica modos de sexualidade socialmente não aceitos, ou reprimidos em diversos espaços da vida social. As forças que são aplicadas sobre a sexualidade dos jovens os impelem a buscar na Praça da Liberdade um espaço onde possam experimentar outras possibilidades de sexualidade, um espaço em que possam viver e defender a diferença. Esse movimento é demonstrado ao relacionar a praça com um “ser LGBT a vontade”, um “ver o que é o mundo LGBT” e um “se assumir”. Trata-se da possibilidade de outros modos de existência também no tocante à sexualidade.

Ao se utilizar da praça para liberar seus modos de existência, os jovens entrevistados invertem as forças que são aplicadas sobre sua sexualidade e fazem desta um elemento de resistência. Esses jovens se encontram, liberando seus modos de existência em conjunto, e criam redes que extrapolam o espaço da praça, seja para outros espaços, seja em comunidades virtuais. Essa inversão, por meio da identificação entre modos de sexualidade, a ocupação do espaço da Praça e a criação destas redes podem ser observadas nas seguintes falas:

E15: Todo final de semana tinha alguma coisa de encontro LGBT, uma conversa... tinha uma queimada organizada no facebook que eles faziam ali, marcavam certinho, assim, tinha música, tinha brincadeira... a Gaymada (21/04/2018). [“Gaymada” é um encontro esportivo voltado para a comunidade LGBT, semelhante ao jogo de queimada, no qual o objetivo é a brincadeira e a diversão, ou seja, a competição em si fica em segundo plano, os participantes abusam do colorido nas roupas e do exagero nas jogadas].

E27: O que que acontece, aqui, se, é o local de encontro de todas as pessoas, LGBT, humanas, exatas, enfim... todas. Então, acaba que fica todo mundo de boa um com o outro. (28/04/2018).

E9: Ah, mas o povo que gosta de... ah, mais o povo LGBT. Muito LGBT, muita gente mais alternativa! (24/03/2018).

E18: Uma vez, eu tava conversando com um amigo e ele me disse que a Praça da Liberdade parece ser outro mundo... tem pessoas de todo tipo, então é... eu acho aqui, todo mundo aqui faz parte desse grupo, da causa LGBT, então a gente se encontra aqui (21/04/2018).

Percebemos uma constituição subjetiva ética por meio das práticas de resistência na Praça da liberdade, seja por meio de ações que possibilitem a sobrevivência ante opressões sentidas no território, na família e na sexualidade, seja na construção de um espaço que possibilite novas relações com a verdade, ou mesmo na experimentação e defesa da diferença. Voltados para a criação de novos modos de existência no espaço, podemos compreender que estes movimentos de resistência são largamente biopoéticos (Foucault, 2016), ou esforços por processos subjetivos de singularização (Guattari; Rolnik, 2013). A resistência como um autogoverno da vida, uma reivindicação de uma subjetividade própria, um modo de existência própria, constituição de um novo espaço para ser quem quiser (e poder) ser.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final deste trabalho, consideramos importante retomar o objetivo aqui proposto que foi analisar práticas de resistência na apropriação da Praça da Liberdade em Belo Horizonte/MG. A primeira dimensão destacada como prática de resistência se refere aos usos e apropriações que ocorrem na Praça. A consideração destas práticas pode contribuir para a compreensão da relação entre resistência e espacialidade, sobretudo no que tange a criação de espaços de sobrevivência que permitem aos indivíduos manter suas relações sociais e formas de vida próprias, mesmo em situações de limitação de liberdade. Trata-se, sobretudo, de uma forma de resistência nômade e não antagonista, que se volta para a produção de condições para a afirmação da vida. Além disso, destacamos um conjunto de práticas de apropriação e ressignificação do espaço, seja pelo uso de fotografias, da infraestrutura, de manifestações culturais e pela inclusão dos próprios corpos.

A segunda categoria apresentada se refere às políticas coletivas e confrontos diretos que ocorrem no próprio contexto da praça. Essa análise também contribui para a consideração

da criação de projetos coletivos, porém não formais ou estruturados, em torno de práticas de resistência e sobrevivência. Essas práticas de resistência parecem favorecer encontros, apoios mútuos e níveis de solidariedade grupal, gerando redes que extrapolam os limites da praça, utilizando encontros virtuais. No entanto, cabe destacar, que ao invés de organização formal encontramos continuamente movimentos nômades, que se desterritorializam e se territorializam conforme as circunstâncias.

Por fim, destacamos como última categoria a da produção de outros modos de existências. Seja nos usos e apropriações do espaço ou nos projetos coletivos, o que parece estar em jogo, em última instância, é uma luta em torno da subjetividade, dos modos virtuais de existência. Nesse sentido, essa leitura pode contribuir para a compreensão das relações entre práticas de resistência e a constituição da subjetividade. Ao invés de se formarem com um processo de alienação ou opressão subjetiva, os usuários da praça utilizam um espaço de sobrevivência, ou de fuga, como meio de experimentação e expressão subjetiva, onde podem ser o que querem ser. É na própria prática de resistência que se constituem sujeitos éticos, seja pela anunciação da verdade na relação consigo e com outros, no próprio ato de sobreviver em condições de opressão, ou na aceitação e defesa da diferença.

Como limitações da pesquisa, destacamos que o foco de nossa leitura nas micro práticas de resistência pode ter ofuscado aspectos e grupos mais organizados e sistemáticos de resistência, porém excepcionais e não presentes no cotidiano do uso da praça. Também salientamos que a escolha de selecionar os sujeitos da pesquisa a partir do próprio uso da praça limitou os entrevistados aos usuários atuais da praça e não os seus usuários históricos.

Consideramos que essas observações e análises, em seu conjunto, destacam as possibilidades de uso do espaço em práticas de resistência para reconfiguração e ressignificação do espaço e para a produção de modos próprios e múltiplos de existência. Como tal, recomendamos que estudos futuros se debruçam de modo mais específico na relação entre a constituição de um espaço para a resistência e a produção da própria subjetividade.

## REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. *Prefeitura de Belo Horizonte: Serviços turísticos*, 2018. Disponível em: <http://www.belohorizonte.mg.gov.br/local/servico-turistico/espaco-para-evento/aberto/praca-da-liberdade>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R. Em defesa de uma crítica organizacional pós-estruturalista: recuperando o pragmatismo Foucaultiano-Deleuziano. *Administração: Ensino e Pesquisa*, [s.l.], v. 12, n. 4, p. 557-582, 2011.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A institucionalização da feira hippie de Belo Horizonte. *Organ. Soc., Salvador*, v. 15, n. 44, p. 63-79, 2008.

- CARRIERI, A. P. *et al.* Os espaços simbólicos e a construção de estratégias no Shopping Popular Oiapoque. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 01-13, June 2008.
- CRESWELL, J. *Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches*. Thousand Oaks: Sage, 1997.
- CERTEAU, M de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- COLARES, A. F. V.; SARAIVA, L. A. S. Representações Sociais da Cultura em Belo Horizonte. *Gestão & Conexões*, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 19-37, 2016.
- COLBARI, A. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, E. M. (org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: EDUFES, 2014. p. 241-272.
- COURPASSON, D.; MARTI, I. Collective ethics of resistance: The organization of survival in the Warsaw Ghetto. *Organization*, [s.l.], v. 26, n. 6, p. 853-872, 2019.
- DASKALAKI, M.; KOKKINIDIS, G. Organizing Solidarity Initiatives: A Socio-spatial Conceptualization of Resistance. *Organization Studies*, [s.l.], v. 38, n. 9, p. 1303-1325, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos Vagalumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. (org.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. v. 2. São Paulo: Atlas, 1994.
- FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. *RAP - Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 3, p. 74-88, 1997.
- FOUCAULT, M. Afterword by Michel Foucault: The subject and power. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault, beyond structuralism and hermeneutics*. 2. ed. Chicago: The university of Chicago press, 1983.
- FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- FOUCAULT, M. *Subjetividade e verdade*: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2017b.

GONÇALVES, M. G.; SOUZA, V. L. B.; ABJAUD, T. Circuito Cultural Praça da Liberdade - um breve olhar sobre a mudança dos espaços. *Turismo: Visão e Ação*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 30-65, 2015.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Microfísica: cartografias do desejo*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUIABH. *Círculo Cultural Praça da Liberdade 2018*. Disponível em: <https://www.guiabh.com.br/programacao/círculo-cultural-praca-da-liberdade>. Acesso em: 25 jul. 2018.

HARDING, N. H.; FORD, J.; LEE, H. Towards a Performative Theory of Resistance: Senior Managers and Revolting Subject(ivitie)s. *Organization Studies*, [s.l.], v. 38, n. 9, p. 1209-1232, 2017.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, 2010.

JAYME, J. G.; TREVISAN, E. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, 2012.

KOWARIC, L. Áreas Centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 171-211, 2007.

LEFEBVRE, H. *Direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MERRIAM, S. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MCMURRAY, R.; PULLEN, A.; RHODES, C. Ethical subjectivity and politics in organizations: A case of health care tendering. *Organization*, [s.l.], v. 18, n.4, p. 541-561, 2011.

MUNRO, I. Organizational resistance as a vector of deterritorialization: The case of WikiLeaks and secrecy havens. *Organization*, [s.l.], v. 23, n. 4, p. 567-587, 2016.

PELBART, P. P. A comunidade dos sem comunidade. In: PELBART, P. P. *Vida Capital - Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PELBART, P. P. Poder sobre a vida, potência da vida. *Lugar Comum*, [s.l.], n. 17, p. 33-43, 2002.

PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. P. O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des)caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. *GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, [s.l.], v. 10, n. 3, p. 623-652, 2012.

PULLEN, A.; RHODES, C. Corporeal ethics and the politics of resistance in organizations. *Organization*, [s.l.], v. 21, n. 6, p. 782-796, 2014.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. *Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *RAP - Revista de Administração Pública*. [s.l.], v. 46, Rio de Janeiro, p. 547-576, Mar./Abr. 2012.

THANEM, T. All talk and no movement? Homeless coping and resistance to urban planning. *Organization*, [s.l.], v. 19, n. 4, p. 441–460, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981.